
ἄρχαί

AS ORIGENS DO PENSAMENTO OCIDENTAL
THE ORIGINS OF WESTERN THOUGHT

ARTIGO | ARTICLE

“Taylorismo” antes de Taylor: o trabalho agrícola em Columela (séc. I d.C.)

“Taylorism” before Taylor: the agricultural work in Columela (1st century AD)

Ivan Esperança Rocha ⁱ
<https://orcid.org/0000-0001-5854-296X>
ierocho287@gmail.com

ⁱ Universidade Estadual Paulista – Assis – SP – Brasil

ROCHA, I. E. (2020). “Taylorismo” antes de Taylor: o trabalho agrícola em Columela (séc. I d.C.). *Archai* 28, e02807.

Resumo: O taylorismo é identificado com o sistema de organização e administração do trabalho proposto, no início do século XX, por Frederick Winslow Taylor, e busca alcançar o máximo de produção e rendimento com o mínimo de tempo e de esforço despendidos, por meio de padronizações e simplificações num momento de expansão da indústria que exigiu grandes preocupações com a eficiência do trabalho. Apesar de vinculado inicialmente à atividade industrial, o taylorismo foi adaptado à racionalização das mais diversas atividades econômicas, inclusive da agricultura. Neste texto será analisada a obra *De re rustica* de Columela como uma proposta de racionalização “taylorista” do trabalho em uma *villa* romana do século I a.C., marcada por processos de padronização e de organização do sistema produtivo rural.

Palavras-chave: taylorismo, Columela, *villa* romana, trabalho agrícola.

Abstract: Taylorism is identified with Frederick Winslow Taylor's system of organizing and managing the work proposed at the beginning of the twentieth century, and seeks to achieve maximum production and yield with the minimum of time and effort expended, through standardization and simplifications at a time of industry expansion that required major concerns about work efficiency. Although initially tied to industrial activity, taylorism was adapted to rationalize the most diverse economic activities, including agriculture. In this text the work *De re rustica* de Columela will be analyzed as a proposal of an “ancient taylorist” rationalization of work in a Roman *villa* of the 1st century BC, marked by processes of standardization and organization of the rural work.

Keywords: taylorism, Columela, roman *villa*, agricultural work.

O taylorismo é identificado com o sistema de organização e administração do trabalho proposto, no início do século XX, por Frederick Winslow Taylor (1913), e busca alcançar o máximo de produção e rendimento com o mínimo de tempo e de esforço despendidos, por meio de padronizações e simplificações, num momento de expansão da indústria que exigiu grandes preocupações

com a eficiência do trabalho. Este sistema foi aplicado por Henry Ford na cadeia de montagem de automóveis, buscando inovações nas técnicas e processos de produção.

O sistema é interpretado a partir da teoria da reificação que descreve o modo pelo qual, sob o capitalismo, as formas tradicionais mais antigas da atividade humana são instrumentalmente reorganizadas, de acordo com modelos racionais de eficiência.

Apesar de fortes resistências a este modelo por parte dos trabalhadores, espelhadas no filme *Tempos Modernos* de Charles Chaplin, produzido em 1936, que critica esse sistema de divisão e mecanização do trabalho, o taylorismo acaba atingindo todos os domínios da sociedade (Jameson, 1994, p. 2).

O taylorismo foi posteriormente reelaborado em outros sistemas de produção como o *Total Quality Management* (TQM) defendidos por outros teóricos da administração como W. Edward Deming (1982; 1988; 1993), e que incorporaram outros componentes, além do sistema de produção em si, como, por exemplo, uma relação muito estreita com a qualidade do atendimento aos consumidores.

Essa racionalização do sistema produtivo, já em 1926, é refletida na criação da primeira entidade voltada para a unificação de padrões industriais, *International Federation of the National Standardizing Associations* (ISA), que cessou suas atividades, em 1942, durante a Segunda Guerra Mundial, sendo substituída pela *International Organization for Standardization* (ISO), criada em 1946 (Boli & Thomas, 1997, p. 171-190). No Brasil ela é representada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

A preocupação com a padronização de procedimentos e com a qualidade de produtos e serviços iria se difundir pelos mais diferentes setores produtivos e de serviços, gerando uma corrida pelas certificações ISO (Saraiva, 2012, p. 95-116). Assim, apesar de vinculado inicialmente à atividade industrial, o taylorismo foi adaptado à racionalização das mais diversas atividades econômicas, inclusive da agricultura.

Mutatis mutandis, esta invenção moderna encontra experiências aproximativas já na antiguidade, envolvendo a atividade agrícola, ainda que em contextos bem distintos. Existem ensaios, mesmo que idealizados, documentados no mediterrâneo antigo particularmente nas obras dos autores agrônomos romanos Varrão, Catão e Columela que discorrem sobre formas racionais de desenvolver a atividade agrícola, aplicadas tanto ao processo de seleção da terra como à organização e administração das atividades rurais, tendo em vista o crescimento da lucratividade a ser auferida, como estratégia para atrair de volta os romanos para um setor econômico, momentaneamente abandonado.

Na literatura latina dedicada à agricultura se destacam as obras *De agri cultura*, de Catão (234-149 a.C.), *De re rustica*, de Varrão (116-27 a.C.), e *De re rustica*, de Columela (4-70 d.C.). Aqui nos deteremos na obra agrônômica de Columela, *De re rustica*, que permite discutir vários aspectos da economia rural romana (Martin, 1971, p. X), com destaque para os elementos econômicos e sociais do trabalho realizado na *villa* romana apresentados pelo autor de forma idealizada e ideologizada, dentro de uma perspectiva que se aproxima do racionalismo taylorista.

Columela é um cidadão romano originário de Cádiz que se soma a outros autores originários da Hispania, como Lucano, Pompônio Mela, Marcial e Quintiliano. Aborda o tema da agricultura com a autoridade de quem possuía e administrava propriedades agrícolas e pertencia a uma família da Hispânia também envolvida na exploração da terra (Andrade, 2009, p. 315). Possuiu propriedades em Carseoli, Ardea e Albanum, no Lácio, e uma em Caere na Etrúria. Prestou serviço militar na Síria e Cilícia, como atesta uma inscrição encontrada em Taranto,¹ onde acredita-se que tenha morrido.

A obra agrônômica de Columela, assim como as de Catão e Varrão, deixou de ser interpretada tanto como uma fiel descrição da realidade rural de seu período, como do tipo de intervenção nessa

¹ L. IVNIO L. F. GAL. MODERATO COLVMELLAE TRIB. MIL. LEG. VI. FERRATAE. Cf. Forster & Heffner, 1960, v. 1, p. XV.

realidade, dado que a arqueologia rural trouxe à tona formas de exploração mais amplas e complexas do que ele descreve a respeito da atividade rural romana (Knust, 2017, p. 91).

Apesar de não representar a diversidade da produção agrícola romana do primeiro século, Columela propõe um modelo de administração rural impregnado por uma forte preocupação com a racionalização dos processos nela envolvidos. A possibilidade de lucros exige inicialmente a escolha de terras de qualidade e com uma localização favorável. As construções voltadas para a habitação e para o trabalho são efetuadas seguindo princípios lógicos que favorecem o sistema e a agilidade das atividades rurais e os resultados a serem obtidos.

Apesar de a produção agrícola romana incluir o modelo do colonato e outras formas de arrendamento, Columela descreve uma propriedade que adota o trabalho realizado por escravos. Destaca a importância da especialização dos escravos e da qualidade das ferramentas a serem utilizadas nas diversas atividades quotidianas. Chama a atenção para a qualidade dessas atividades para se evitar o retrabalho tendo em vista o custo que ele gera (Col. *Rust.* 1.8.15). Propõe um sistema de incentivo para estimular a produtividade. As tarefas agrícolas são parceladas em “cadeias de montagem” com grupos de 10 trabalhadores para garantir a coesão e ritmo do trabalho (Silva, 1987, p. 58-59).

Apesar de descrever um processo de despersonalização no trabalho, Columela chama a atenção para a importância de se levar em consideração as opiniões de cada trabalhador no aperfeiçoamento das tarefas que realizam, inclusive como forma de estímulo ao empenho de cada um. Há também uma preocupação com a saúde desses trabalhadores para que o trabalho não seja prejudicado e com uma política de administração que evite o *turnover* (Col. *Rust.* 4.3.2-5).

Columela chama a atenção para a importância de se criar centros de formação especializados para preparar uma mão de obra para as atividades agrícolas (*Rust.* 11.1.4). Catão silencia sobre o assunto e

Varrão afirma laconicamente que os capatazes deveriam ser escravos mais velhos e ter experiência em trabalho rural. Columela é o único dos três escritores agrícolas que possui maior preocupação com a formação do capataz (*uillicus*). O futuro *uillicus* devia ser instruído por trabalhadores de diferentes atividades, para aprender a administrar todos os trabalhos a serem realizados no campo (Carlsen, 2013, p. 97-98). Em seu prefácio, Columela diz que, como existem escolas de formação para retóricos, matemáticos, é preciso que elas existam também para preparar para as atividades agrícolas.

Muitas outras instruções apresentadas por Columela a respeito das atividades no campo são pautadas por uma preocupação de evitar perda de tempo e aumentar a produtividade e a qualidade do trabalho (*Rust.* 11.1.17-21).

Em um sistema produtivo fortemente marcado por um modelo escravagista, característico do período, o trabalho é organizado a partir da ideia de uma “cadeia de montagem”, com uma forte supervisão voltada para a produtividade e para o uso racional do tempo. A standardização da atividade agrícola proposta por Columela é inspirada em obras de teóricos anteriores que discutem a racionalidade dos processos produtivos agrícolas, particularmente Varrão e Catão.

Mutatis mutandi, ou seja, levando em consideração especificidades do sistema produtivo romano, pode-se estabelecer vários vínculos entre o sistema columeliano e o “taylorista” aplicado à atividade produtiva no campo.

Columela se opõe a autores que defendiam que uma terra de cultivo devia passar por um período de repouso para retomar sua fertilidade. Segundo ele, deve haver uma racionalização desse processo, com a utilização de adubos naturais como o húmus composto por folhas e ervas acumuladas e a criação de animais que constituem uma outra importante fonte de adubação (Martin, 1971, p. 304-305).

Columela escreve uma obra em que estimula a retomada da viticultura na península itálica que tinha sido abandonada, como um

dos primeiros efeitos da emancipação econômica das províncias (Tchernia, 1986, p. 4), e que tinha gerado um êxodo de trabalhadores do campo e um conseqüente desinteresse dos proprietários de terras em manter as atividades agrícolas. Ele se propõe a regenerar e dignificar a atividade agrícola romana, entendendo-a como uma atividade vital para a subsistência e como o caminho mais adequado e honesto para ampliar patrimônios pessoais (Andrade, 2009, p. 317).

Em seu esforço para dar credibilidade à atividade agrícola romana, Columela começa dizendo que em qualquer área de atividade são necessárias três condições fundamentais: o conhecimento do ofício, os recursos necessários para fazer frente às despesas envolvidas e a vontade de trabalhar. E quando se trata da agricultura, o ponto de partida é conhecer a opinião dos agricultores mais experientes, estudar com cuidado as obras dos antigos, avaliar com seriedade suas instruções e verificar a possibilidade de aplicá-las no presente (*Rust.* 1.1.4). Dentre os autores vinculados à agricultura e retomados por Columela estão Catão (234-149 a.C.), Varrão (116 a.C. – 27 a.C.), Tremellio Scrofa (séc. I a. C.) e Virgílio (70-19 a.C.). Claude Mossé (*apud* Martin, 1971, p. 343) chega a dizer que Varrão e Columela apenas reapresentam a obra de Catão.

Não obstante as dimensões das propriedades indicadas por alguns destes autores, Columela centra sua atenção num tipo de propriedade ideal, sem apresentar detalhes sobre sua extensão; uma propriedade que inclui áreas de prados, de arborização, de plantio de grãos, de viticultura, de olivais. Nesse tipo de propriedade, indica a presença de escravos divididos em algumas dezenas de decúrias (grupos de 10 indivíduos), cujo trabalho é coordenado por um supervisor, denominado *uillicus*. Enquanto esse grupo é liderado pelo *uillicus*, este é controlado por um *procurator* (*Rust.* 1.6.7) (Martin, 1971, p. 345-346). Dessa forma, Columela parece preferir *villae* administradas preferencialmente por *uillici*, dando menor ênfase ao modelo de atividade rural em mãos de arrendatários (Carlsen, 2013, p. 67), a não ser em casos excepcionais caracterizados, dentre outros fatos, pela grande distância da propriedade dos centros urbanos.

Trata-se de um modelo de administração que exige a formação técnica do escravo e um cultivo racional e intensivo, particularmente no que diz respeito à viticultura (Zurutuza, 2014, p. 6). Columela se posiciona contrário às grandes propriedades deixadas improdutivas, populadas por animais selvagens e por grandes rebanhos itinerantes (*Rust.* 1.3.12), em que se utiliza escravos acorrentados e com a presença do ergástulo, o que torna o texto de Columela contraditório, uma vez que a propriedade ideal que ele descreve inclui a presença do ergástulo. Pode-se definir, pelas evidências internas do texto de Columela que a propriedade a que ele se refere pode variar de 500 a 1500 hectares (Martin, 1971, p. 350).

Em relação ao colonato, Macqueron (*apud* Martin, 1971, p. 353) indica que, desde o fim do séc. I, o mau rendimento da mão de obra servil, somado aos preços elevados dos escravos, tinham estimulado a repartição da propriedade em parcelas menores arrendadas a colonos. Plínio, o Jovem, é um exemplo dos que lançam mão em suas propriedades tanto da mão de obra escrava quanto do colonato. No caso dos arrendatários, eram independentes na exploração das terras e deviam assumir todos os riscos de queda de produção e de queda nos preços do mercado (Carlsen, 2013, p. 78).

Esta dupla possibilidade de exploração da terra tem levado os historiadores a se dividirem em dois campos de interpretação. Alguns continuam a sustentar que o escravismo constituiu a base da produção agrícola na antiguidade clássica e os que negam tal centralidade indicando a presença do campesinato livre, devido à presença de pequenos proprietários arrendatários ou de jornaleiros no sistema produtivo, uma discussão que se realiza em torno da afirmação ou negação de categorias marxistas e de sua aplicação nas sociedades do mundo antigo. Passa-se de uma discussão centrada na visão excludente “escravos ou camponeses livres” para a visão inclusiva de “escravos e camponeses livres” (Zurutuza, 2014, p. 4).

Como já acenamos, Columela demonstra conhecer um número expressivo de tratados sobre agricultura anteriores e contemporâneos ao seu período, que inclui tratados escritos em outras línguas e regiões e que, segundo ele, devem ser levados em consideração

naquilo que puder ser adaptado para a agricultura romana (*Rust.* 1.1.6). No entanto, diz que, apesar de tais obras incluírem instruções sobre a agricultura, pouco se referem a importantes detalhes sobre o trabalho do campo. Idealmente, sugere que a propriedade rural deve-se localizar próxima à cidade e que não bastam os recursos nem o esforço e experiência de um *uillicus* se o senhor não acompanhar de perto as atividades do campo (1.1.18-20). Este deve conhecer o tipo de terra que possui e as plantações que nela são feitas. Deve se inteirar muito bem dos vários trabalhos que devem ser executados nas diferentes partes da propriedade.

Na sua concepção racionalista da produção agrícola, Columela defende que se a terra for inadequada para o que se quer produzir deve ser vendida e comprada outra propriedade. Na sua opinião, uma propriedade rural ideal é aquela que é fértil, onde há um bom clima e que parte dela se situe na planície e parte em colinas voltadas para o sul ou para o oriente, e deve incluir áreas de cultura, de bosques e áreas sem ser cultivadas. É importante que a propriedade se encontre “não distante do mar ou de um rio navegável para que se possa exportar os produtos e importar o que se necessita” (*Rust.* 1.2.3) para explorá-la.

Deve haver áreas em que se planta oliveiras, vinhas e árvores, e outras que sirvam de pastagens para o gado. A presença de água para a irrigação é muito importante (1.2.4), mas também as estradas e uma vizinhança laboriosa que estimule um bom trabalho com a terra (1.3.7).

Deve-se evitar comprar vastas terras quando não se tem meios de cultivá-las. Aqui apoia-se numa afirmação de Virgílio: “Admirem se quiserem uma grande propriedade, mas cultivem apenas uma pequena” (*G.* 2.412ss.). Segundo ele, um pequeno campo bem cultivado rende mais do que um grande mal cultivado. Referindo-se a um ditado anônimo, diz Columela:

‘Em todas as coisas existe um limite’. Este ditado pode ser aplicado a qualquer pessoa em qualquer circunstância, mas pode ser aplicado principalmente a quem quer adquirir um campo, e ensina a não comprar

mais terra de quanto se tem condições para cultivá-lo.
(*Rust.* 1.3.8-9).

Columela critica os senadores que possuem muita terra, mas não as cultiva, impedindo que outros possam usá-las (1.3.11-12).

Antes de se comprar um campo deve-se visitá-lo várias vezes para descobrir suas vantagens e desvantagens (*Rust.* 1.4.1). Do mesmo modo, diz que além de ser importante conhecer a qualidade de uma propriedade rural e a maneira de cultivá-la, é preciso, também, saber como as edificações devem ser construídas e como devem ser organizadas para que se obtenha um bom resultado no trabalho a ser feito (1.4.5-6). As dimensões das edificações devem ser adequadas ao tipo e volume de trabalho: se forem excessivas exigem grandes gastos de construção e manutenção e se forem muito pequenas põem em risco as atividades da propriedade (1.4.7).

A casa do proprietário deve ser feita segundo suas posses, mas por quanto possível deve ser suficientemente confortável para atraí-lo com frequência ao campo. Columela dá detalhes sobre a melhor localização e posição da casa, levando em consideração as condições climáticas itálicas. Quando se refere à construção dos estábulos, diz que devem favorecer o cuidado e a alimentação dos animais. Distingue entre as construções da *villa urbana* ou casa do senhorio, *villa rustica* ou a casa do *uillicus* e a *villa fructuaria* ou espaço de produção e armazenamento (Ermatinger, 2015, p. 735).

Citando Lúcio Volúcio Saturnino (37 a.C. – 56 d.C.), diz que as terras de baixa qualidade e longínquas devem ser arrendadas, e é importante que elas sejam entregues a colonos livres da região que tenham crescido na zona rural, evitando-se entregar tal trabalho nas mãos de escravos sem qualificação para essa atividade (Col. *Rust.* 1.7.3-4). Mas as terras férteis devem ser administradas diretamente pelo proprietário ou por um capataz (*uillicus*), evitando-se escravos pouco afeitos ao trabalho com a terra e que podem trazer mais prejuízos que lucros ao proprietário (1.7.1-4).

No regime de colonato, a propriedade pode ser confiada a colonos livres e escravos tanto livres (*soluti*) quanto acorrentados

(*vincti/alligati*) (*Rust.* 1.7.1). O senhor deve ser afável no trato com os colonos, mas firme na cobrança do pagamento das rendas, ainda que deva ser compreensivo em caso de intempéries que prejudiquem a produção.

No caso das propriedades em que o senhor utiliza capatazes (*uillici*), estes não devem ser escolhidos entre escravos acostumados a tarefas urbanas e delicadas, mas sim entre aqueles calejados pelo trabalho no campo e que tenham as habilidades necessárias para realizar as atividades desenvolvidas na propriedade (*Rust.* 1.8.1-4); de preferência, os escravos devem ser escolhidos entre os nascidos na casa do senhor. No entanto, os juristas romanos se referem a *uillici* não apenas como escravos, mas também como homens livres. Apesar de Columela não expressar sua opinião sobre o *uillicus* alfabetizado, Catão como Varrão esperavam que o *uillicus* soubesse ler e cuidar das contas de seu senhor, como acontecia com os administradores de negócios urbanos (Carlsen, 2013, p. 92-98).

A mulher do capataz (*uillica*) deve ajudá-lo nas tarefas do campo e deve manter-se à distância dos escravos, evitando receber visitas de pessoas inconvenientes. Sua proximidade com os escravos deve se restringir aos dias festivos, momento em que os mais laboriosos podem, inclusive, ser convidados para cear com a família do *uillicus* (Col. *Rust.* 1.8.4).

Os escravos devem ter à sua disposição ferramentas bem conservadas e vestimentas adequadas para desempenhar suas funções, mesmo em dias com vento, frio e chuva (1.8.8). O *uillicus* não deve abusar do trabalho dos escravos; deve utilizá-los apenas em tarefas que tragam benefícios ao proprietário (1.8.12). Ele deve estar sempre aberto a aprender mais sobre a atividade agrícola e sobre suas responsabilidades nela (1.8.14). Columela diz que os escravos se dispõem a realizar um trabalho com mais facilidade quando são consultados a respeito dele, quando se leva em consideração suas opiniões e quando são tratados com afabilidade. O bom desempenho e bom comportamento devem ser premiados e os que incitam revoltas devem ser punidos (1.8.15-19). O trabalho dos escravos deve ser

distribuído de acordo com o vigor e a estatura exigida para cada tipo de atividade. (1.9.1).

O trabalho nas vinhas deve ser feito com equipes de no máximo dez escravos (decúrias), dirigidas por supervisores (*monitores*), coordenadas por chefes de trabalho (*operum magistri*), que por sua vez são comandados pelo capataz (*uillicus*) (*Rust.* 1.9.4). Algumas atividades que não exigem muito esforço podem ser realizadas, inclusive, por crianças (2.2.14).

Columela estima que uma vinha de 7 *iugeri* ($17.626 \text{ m}^2 = 1,75 \text{ he}$) exige o trabalho de apenas um vinhateiro. Apesar de se acreditar, comumente, que o vinhateiro pode ser adquirido por um preço baixo ou conseguido num leilão de delinquentes, Columela sugere que esta não é uma atividade que possa ser desenvolvida por qualquer indivíduo, e que um bom vinhateiro podia ser adquirido por 6 ou 8 mil sestércios, o que significa o triplo ou quádruplo do preço de um escravo (*Rust.* 3.3.8). O lucro anual de uma vinha devia ser de pelo menos 6.300 sestércios, o que significa que no primeiro ano de investimento, o lucro é praticamente consumido com a aquisição de um vinhateiro. Estes valores destoam do Edito de Diocleciano sobre preços máximos de escravos que indica que eles não deviam exceder o dobro do preço máximo de escravos não qualificados da mesma idade e sexo (Carlsen, 2013, p. 95).

É bom colocar à frente dos escravos da propriedade rural um capataz (*uillicus*) não muito jovem nem muito velho, porque os escravos já habituados com o trabalho desprezam os jovens porque não conhecem o trabalho agrícola e os velhos porque já não conseguem realizá-los. A idade ideal, segundo Columela, é entre 35 e 65 anos (*Rust.* 11.1.3). Para realizar esta tarefa é preciso ter saúde, conhecer a atividade do campo e ser robusto (11.1.3).

As informações da epigrafia que complementam e enriquecem as informações literárias podem também questioná-las, como é o caso da indicação da idade ideal do *uillicus* em Columela. Carlsen (2103, p. 60) diz que há inscrições sobre *uillici* que morreram com a idade de 20 anos, o que reforça a ideia de que a obra de Columela sobre a

agricultura romana deve ser interpretada mais como uma proposta de idealização do que de representação da realidade das *villae* romanas do primeiro século.

Columela deixa entrever a existência de um centro de formação de agricultores e de administradores de propriedades rurais (*Rust.* 11.1.4), uma atividade pouco evidenciada em Catão e Varrão. Essa formação é importante, pois nem todos os que conhecem a atividade agrícola têm a capacidade de administrá-la, ou por serem muito rudes ou muito compassivos. Com este perfil podem arruinar o proprietário (*Col. Rust.* 11.1.6). O papel mais importante do capataz (*uillicus*) é saber atribuir adequadamente o trabalho para cada um; algumas tarefas demandam apenas força física, outras exigem capacidade de execução. Por isso o capataz precisa ser bem preparado para exercer sua função (11.1.7-9).

O capataz deverá se conter em relação ao vinho e ao sono, pois, para ele, ambos são incompatíveis com a diligência no trabalho. Ele deve ser o primeiro de todos a acordar e, depois de distribuir o trabalho entre os escravos, deve pôr-se à frente deles. Deve abster-se de uma atividade sexual excessiva, pois, se ele se entrega a ela, não pensará mais em nada que na pessoa amada. Quando sua mente fica absorvida por vícios deixa de ser estimulado pela recompensa oferecida pelo senhor, entregando-se à recompensa mais agradável da luxúria e passa a considerar como o maior castigo a frustração de seu desejo (*Rust.* 11.1.12-14).

Columela cita Isômaco, ao dizer que prefere o trabalho laborioso de um só homem que aquele lento e negligente de dez. O *uillicus* deve estar atento à saúde dos escravos e se preocupar quando eles se ferem durante o trabalho. Os doentes devem receber os remédios necessários para sua recuperação. Todos devem ser bem alimentados e o capataz deve comer junto com os escravos sem qualquer pompa. Deve tratar os escravos de forma especial nos dias festivos e aproveitar estas datas para verificar se todos as ferramentas de trabalho estão em ordem, providenciando peças de reserva para agilizar o trabalho e não ter que pedir nada emprestado aos vizinhos (*Rust.* 11.1.17-19).

Os capatazes (*uillici*) não devem se envolver com rituais mágicos e com superstições para não influenciar os escravos (11.1.22). Este tipo de qualidade do *uillicus* já tinha sido destacado também por Catão e Varrão (Carlsen, 2013, p. 90-91). O *uillicus* deve ir à cidade apenas para realizar as compras e vendas necessárias. Não deve deixar o recinto da propriedade para que os escravos não aproveitem essa situação para folgar (Col. *Rust.* 11.1.23). Deve evitar receber visitas estranhas, com exceção de quando elas forem conhecidas do proprietário (11.1.23).

É preciso realizar as atividades seguindo o calendário e observando os astros (*Rust.* 11.1.30). O capataz, no entanto, não deve ser rígido nessa interpretação. Ele deve saber por experiência, quando é tempo de realizar cada atividade no campo. É preciso se antecipar às variações do tempo (11.1.32; 2.6). Não só o vinhateiro, mas também o capataz deve saber a hora de começar a fazer a vindima. “Quando o *villicus* souber identificar que a uva está adequadamente madura, ele procede à colheita. Mas antes, se possível, deve ter tudo preparado desde o mês anterior” (11.2.70) ou seja, deve cuidar para que haja ânforas betumadas, as prensas, a lenha para aquecer o mosto e tudo o que for necessário para a produção de um vinho de qualidade.

Durante o período da sementeira, o capataz deve delegar a supervisão do restante das atividades da propriedade a sua esposa (*uillica*), mas sempre garantindo que tudo seja realizado apropriadamente (11.2.72).

No livro XII de seu *De re rustica*, Columela começa a apresentar o papel da esposa do capataz/*uillicus*: a *uillica*. Citando *O econômico* de Xenofonte (7.18-28), apresenta como uma das características do casamento a sua utilidade prática. Apoiado em Cícero, diz que a tradição entendia que a natureza uniu o homem e a mulher para que a humanidade não se extinguisse e para garantir a proteção no período da velhice (Col. *Rust.* 12, pref. 1). O trabalho agrícola, como também a atividade militar, ficavam sob a responsabilidade do homem e a mulher, considerada inábil para tais coisas, assumia a responsabilidade pela casa (12, pref. 4-5). A timidez da mulher a

torna mais prudente e cautelosa nesse seu trabalho. A mulher completa o homem naquilo que lhe falta (12, pref. 6).

Houve um momento em que o senhor e a senhora se ocupavam da maior parte das atividades de administração de suas propriedades, ficando poucas atividades sob a responsabilidade do capataz e de sua mulher (*uillica*) (12, pref. 8). No entanto, em seus dias, diz Columela, não era mais esta a compreensão que se tinha do papel do senhor e da senhora. As senhoras tinham se tornado ociosas e preocupadas com uma vida de luxo gastando fortunas para manter um alto padrão de vida. A corresponsabilidade entre homens e mulheres deixou de existir; o papel do senhor passou a ser desempenhado pelo capataz (*uillicus*) e o da senhora por sua esposa, a *uillica* (12, pref. 9).

A partir do momento em que a *uillica* passa a substituir a senhora nas atividades da propriedade, Columela apresenta um conjunto de regras na definição de seu papel. Ela deve possuir um padrão de beleza mediano para que o *uillicus* não se deixe atrair por ela excessivamente desviando sua atenção do trabalho (*Rust.* 12.1.1-2). Deve manter-se sóbria, evitando o vinho e uma alimentação excessiva; deve afastar-se das superstições, levantar cedo e assumir suas responsabilidades quotidianas da casa liberando o marido para as atividades externas (12.1.3-5). Mas, além do cuidado da casa, ela precisa se envolver com o trabalho e saúde dos escravos, inspecionar as ferramentas de trabalho ao final da jornada, manter a despensa abastecida. Cuidar bem dos escravos ajuda a garantir sua fidelidade e desempenho (12.1.5-6).

Em sua descrição do trabalho na *villa* romana, Columela apresenta evidências de que a economia romana, aqui representada por sua vertente agrícola, está fundamentalmente vinculada ao regime escravista, caracterizado pela privação da liberdade e pela consideração do escravo como um bem patrimonial, totalmente à disposição da economia senhorial (Schwarz, 2008, p. 95), ainda que haja indicações de relações de colonato envolvendo indivíduos livres no trabalho do campo.

Em conclusão podemos dizer que Columela apresenta um quadro muito específico, e provavelmente ideal, de um tipo de propriedade rural e do trabalho que nele se desenvolve. Para uma compreensão mais ampla da atividade rural romana é preciso realizar uma análise de conjunto das diferentes regiões itálicas e das especificidades que as distinguem, incorporando os dados proporcionados pela arqueologia relativa ao período. Deve-se levar em consideração que muitos espaços rurais na península itálica não se orientavam pelas regras impostas pelo direito romano tradicional (Granet, 1986, p. 30), e, portanto, não se enquadram na descrição muito restrita de Columela.

Em sua descrição sobre o trabalho no campo na *villa* romana, Columela centra sua atenção numa racionalidade “taylorista” de cada operação, do uso do tempo, da escolha adequada de indivíduos para administrar e realizar essa atividade a partir da ideia de uma “cadeia de montagem” que traga resultados econômicos que continuem o despertar interesse pelo trabalho do campo que tinha entrado em colapso provocado pela banalização e inadequação operacional.

Bibliografia

- ANDRADE, A. M. L.; MORAIS, C. (2009). O tratado de *De re rustica* de Columela na versão portuguesa de Fernando de Oliveira. In: MORAIS, C. (org.). *Fernando Oliveira: um humanista genial*. Aveiro, Universidade de Aveiro, p. 315-328.
- BOLI, J.; THOMAS, G. M. (1997). World Culture in the World Polity: A Century of International Non-Governmental Organization. *American Sociological Review* 62, n. 2, p. 171-190.
- CARLSEN, J. (2013). *Land and labour studies in roman social and economic history*. Roma, L’Erma di Bretschneider.
- DEMING, W. E. (1982). *Quality, Productivity and Competitive Position*. Cambridge, MIT Centre for Advanced Engineering Study.
- DEMING, W. E. (1988). *Out of the Crisis*. Cambridge, Cambridge University Press.

- DEMING, W. E. (1993). *The New Economics*. Cambridge, Massachusetts Institute of Technology.
- ERMATINGER, J. W. (2015). *The world of Ancient Rome: a daily life encyclopedia*. Vol. 2. Santa Barbara, Greenwood.
- FORSTER, E. S.; HEFFNER, E. H. (trans.) (1960). Columela. *On agriculture*. 2 vols. Cambridge, Harvard University Press.
- GRANET, J. (1986). Paysages ruraux et histoire rurale en Italie romaine. *Pallas. Revue d'Etudes Antique* 1986, p. 23-40.
- HARVEY, D. (1996). *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 6ed. São Paulo, Loyola.
- JAMESON, F. (1996). *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. 2ed. São Paulo, Ática.
- JAMESON, F. (1994). Reificação e utopia na cultura de massa. *Revista Critica Marxista* 1, n. 1, p. 1-26.
- KNUST, J. E. M. (2017). Entre a literatura agrária latina e a economia rural romana: elementos discursivos e aspectos econômicos em Catão e Varrão. *Aletheia* 1, p. 91-108.
- MARTIN, R. (1971). *Recherches sur les agronomes latins et leurs conceptions sociales et économiques*. Paris, Les Belles Lettres.
- SARAIVA, M. (2012). A Filosofia de Deming e a Gestão da Qualidade Total no Ensino Superior. *Revista Portuguesa de Management* 3, n. 5-6, p. 95-116.
- SCHWARZ, R. G. S. (2008). *A abolição necessária uma análise da efetividade e da eficácia das políticas de combate à escravidão contemporânea no Brasil a partir de uma perspectiva garantista e democrática dos direitos sociais*. Dissertação mestrado em Direito. Faculdade de Direito, Universidade de Santa Cruz do Sul.
- SILVA, L. F. G. (1987). A organização do trabalho na linha de montagem e a teoria das organizações. *Rev. Adm. Empr.* 27, n. 3, p. 58-65.
- TAYLOR, F. W. (1913). *The principles of scientific management*. New York, Harper & Brothers.
- TCHERNIA, A. (1986). *Le vin de l'Italie romaine*. Essai d'Histoire économique d'après le amphores. Roma, École Française de Rome.

ZURUTUZA, H. (2014). Algunas consideraciones sobre la villa esclavista romana y la organización social del espacio rural (siglos I-II). *Proyecto de Digitalización Bibliográfica*. Universidad de Buenos Aires. Disponível em <http://www.filo.uba.ar/contenidos/investigacion/institutos/historiaantiguaymedieval/Columela%2C%20De%20Re%20Rustica.pdf>. Acesso em 10/11/2017. (Pub. Orig. 1988)

Submetido em 19/11/2018 e aprovado para publicação em 29/03/2019



Este é um artigo de acesso livre distribuído nos termos da licença Creative Commons Attribution, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja citado de modo apropriado.